

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 001 /2020 QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA
DE RIBEIRÃO PIRES E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
SÃO PAULO**

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DA
ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES E O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO
PAULO, PARA CESSÃO DE IMÓVEL LOCADO
PELA PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE
RIBEIRÃO PIRES DE PARTICULAR DESTINADO À
INSTALAÇÃO DO CARTÓRIO DO SERVIÇO
ANEXO DAS FAZENDAS DA COMARCA DE
RIBEIRÃO PIRES.

Pelo presente Termo de Convênio, na melhor forma de direito, de um
lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, com
sede nesta cidade, sito na Miguel Prisco, 288, Centro, inscrita no CNPJ sob nº
46.522.967/0001-34, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADLER ALFREDO
JARDIM TEIXEIRA**, residente e domiciliado nesta cidade, devidamente autorizado pela LEI
MUNICIPAL Nº 5.934 de 11/12/2014, e de outro lado, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE SÃO PAULO – FÓRUM DA COMARCA DE RIBEIRÃO PIRES**, inscrito no
CNPJ sob nº 51.174.001/0001-93, neste ato representado pela Meritíssima Juíza Diretora do
Fórum, **Drª. TARSILA MACHADO DE SÁ JUNQUEIRA**, tem entre si, justo e pactuado o
seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Convênio é a cessão de uso, pela
PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES ao
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – FÓRUM DA COMARCA DE
RIBEIRÃO PIRES**, do imóvel de propriedade dos Locadores Sra. **NEIDE BORELLI
FIGUEIREDO**, Sr. **MARCELO BORELLI FIGUEIREDO**, Sra. **ADRIANE RODRIGUES
PINTO BORELLI FIGUEIREDO**, Sra. **DANIELA BORELLI FIGUEIREDO CHIMENTI**, Sr.
DANIELLE CHIMENTI, Sra. **CATHERINA BORELLI FIGUEIREDO**, Sr. **ALBERTO
BORELLI**, Sr. **EDUARDO BORELLI**, Sra. **IDELI BORELLI BEGLIOMINI**, Sr. **OSCAR
BEGLIOMINI** e Sra. **EDNEIA BORELLI**, todos representados pelo também proprietário Sr.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CLAUDIO BORELLI, situado à Rua Kaethe Richers, 542, Bairro Pastoril, nesta cidade, alugado pela **Prefeitura**, e destinado a abrigar dependências do Cartório do Serviço Anexo das Fazendas e Comarca de Ribeirão Pires.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento será de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, conforme interesse das partes, com manifestação formal, mediante a formalização de novo instrumento.

Findo este prazo, e não sendo renovada a locação, o imóvel ora locado, assim como todas as benfeitorias nele existentes, retornarão aos proprietários, independente de qualquer indenização, seja a que título for.

Parágrafo Único: Fica regularizada, por meio deste instrumento, a locação do imóvel, anteriormente compreendido entre 14/01/2018 até a assinatura deste Termo, para todos os efeitos do objeto deste convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DO TRIBUNAL E DA PREFEITURA

Na vigência de cada contrato caberá à **PREFEITURA** o pagamento das tarifas de consumo de água e energia elétrica, alugueres, das taxas imobiliárias, lavratura e registro de contrato e demais encargos, tributos e despesas que, porventura, vierem a recair sobre o imóvel ora locado.

CLÁUSULA QUARTA – DAS PROIBIÇÕES

O **TRIBUNAL** não poderá, sob qualquer pretexto ou fundamento, ceder, mudar ou transferir a terceiros o imóvel da **PREFEITURA**, obrigando-se a tão somente usá-lo para os fins a que se destina.

Parágrafo Único: Excetua-se ao *caput* dessa Cláusula o disposto na Resolução CNJ nº 114/2010, permitindo-se a destinação de espaços no imóvel ocupado à OAB, Ministério Público e Defensoria Pública, bem como a outros órgãos, desde que comprovado o interesse público e do serviço judiciário.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Convênio, será competente qualquer Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro Foro, por mais privilegiado que seja.


E, por estarem assim justos e avençados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que abaixo subscrevem, atendidas as formalidades legais.

Ribeirão Pires, 04 de Novembro de 2020.

TARCILA MACHADO DE SÁ JUNQUEIRA

Juíza de Direito Diretora do Fórum

Maria Carolina Marques Caro Quintiliano
Juíza de Direito



ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Testemunhas:



Marcia Aparecida da Rocha Oliveira
RG. 12.534.636-0


Luís Cláudio Gomes da Silva
RG 16.684.123-7



PLANO DE TRABALHO

1 - DADOS CADASTRAIS

Nome da Entidade Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP			CNPJ 51.174.001/0001-93	
Endereço Rua Prefeito Valdirio Prisco, nº 150				
E-mail ribeiraopiresadm@tjsp.jus.br				
Município Ribeirão Pires	U.F SP	CEP 09400-005	11 4828-1088	
Nome do Responsável Tarsila Machado de Sá Junqueira		C.P.F	R.G	
Endereço Rua Prefeito Valdirio Prisco, 208		CEP 09400-005		
Cargo Juíza Diretora do Fórum		Mandato: 10/02/2020 a 31/12/2021		

2 – OUTROS PARTICIPES

Nome do Órgão Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires		CNPJ 46.522.967/0001-34	
Endereço Rua Miguel Prisco, 288 - Centro			
Município Ribeirão Pires	UF SP	CEP 09400-110	Tel Fixo (11) 4828-9860

3 – IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR DO TERMO DE CONVÊNIO

Nome do Gestor da Parceria Adriano Dias Campos		CPF 080.168.818-31	
Cargo ou Função Secretário de Administração	RG 15.116.765-5	Órgão Expedidor SSP	
Endereço Residencial Rua Canário, 644, apto. 24 - Moema		Município São Paulo	
E-mail adriano.campos@ribeiraopires.sp.gov.br			
CEP 04521-002	Tel Fixo 4828-9060	Celular 98133-9288	

4 – DESCRIÇÕES DAS ATIVIDADES

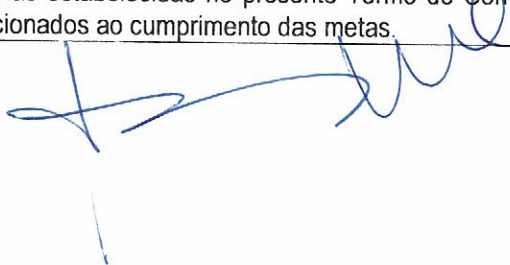
Titulo do Projeto/ Atividade Ação	Período de Execução
Desenvolvimento das atividades próprias do SAF (Serviço Anexo Fiscal)	A partir da assinatura do Termo de Convênio, com vigência de 60 meses.
Identificação do Objeto 1- Instalação do Cartório do Serviço Anexo das Fazendas do Fórum da Comarca de Ribeirão Pires	
Local da instalação Rua Kaethe Richers, 542, Bairro Ponte Seca, Ribeirão Pires, SP. CEP 09400-330	
Necessidade de obras Todas as obras necessárias para adequação e manutenção do imóvel estão sendo executadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para conclusão no ano de 2020.	
Pagamentos das despesas Todos os pagamentos referentes às tarifas de consumo de água e energia elétrica, alugueres, taxas imobiliárias, lavratura de contrato e demais encargos, tributos e despesas, que porventura vierem a recair sobre o imóvel ora cedido, serão efetuados pela Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires.	
Objetivos: Manter a locação do imóvel e sua funcionalidade com o objetivo de propiciar e otimizar o desenvolvimento das atividades próprias do SAF.	
Finalidade: O convênio proposto se justifica em razão da necessidade de conjugar esforços entre o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e o Município de Ribeirão Pires, objetivando a instalação e funcionamento da Unidade Judiciária do Anexo Fiscal.	

5 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Meta	Especificação	Duração
Manter a locação do imóvel e sua funcionalidade a fim de proporcionar e aperfeiçoar o desenvolvimento das atividades próprias do SAF, visando imprimir maior celeridade e eficácia ao trâmite processual.	Persegue-se o aprimoramento da atividade jurisdicional por intermédio da utilização de instalações adequadas ao volume de feitos em andamento no SAF e, desse modo, alcançar celeridade processual apropriada, com vistas a melhores resultados na obtenção da satisfação dos débitos fiscais e encerramento das respectivas execuções fiscais. Assim como oferecer instalações e atendimento propício a procuradores, advogados e população em geral.	Durante toda a vigência do acordo.

6 – AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS

A aferição do cumprimento das metas será realizada pelo Gestor do Termo de Convênio que acompanhará a efetiva prestação das metas estabelecidas no presente Termo de Convênio e sempre que necessário esclarecerá assuntos relacionados ao cumprimento das metas.





138

7 – VIGÊNCIA

O prazo de vigência será de 60 (sessenta) meses, com início a partir da assinatura do Termo de Contrato.


8 – LEI AUTORIZATIVA:

Plano de trabalho referente ao Termo de Contrato celebrado, elaborado conforme previsto no Art. 116 da Lei 8.666/93

9 – ASSINATURA

Ribeirão Pires, 04 / 11 / 2020	TARSILA MACHADO DE SÁ JUNQUEIRA
--------------------------------	---------------------------------

10 – AUTORIZAÇÃO DO GESTOR DO TERMO DE CONVÊNIO

Este Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela pasta gestora.	 Maria Carolina Marques Caro Quintiliano Juíza de Direito
Ribeirão Pires, ____ / ____ / ____	(Identificação e Assinatura do Representante Legal)